

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do semestre findo em 30 de junho de 2019, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre o Banco apresentou um lucro de R\$ 138.887 mil, correspondente a R\$ 24.534 por ação, sendo que no segundo semestre de 2018 apresentou lucro de R\$ 61.776 mil. Em 30 de junho de 2019 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 819.185,13 com aumento de 3,28% em relação ao semestre anterior. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco

Central do Brasil. Em 30 de junho de 2019, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 17,54%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 4.916.341 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 2.242.626 mil. **Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação

do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678 também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto por quatro membros, todos eles diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2019, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de agosto de 2019.

São Paulo, 22 de agosto de 2019

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	
Circulante		85.582.246	39.343.430	Circulante	
Disponibilidades		81.166	56.540	Depósitos	16a
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	27.433.530	17.538.584	Depósitos à vista	
Aplicações no mercado aberto		27.402.696	16.230.026	Depósitos interfinanceiros	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	112.493	Depósitos a prazo	
Aplicações em moeda estrangeira		30.834	1.196.065	Captações no mercado aberto	16b
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	17.845.096	12.876.977	Carteira própria	
Carteira própria		3.619.788	6.541.931	Carteira de terceiros	
Vinculados a compromissos de recompra		534.924	1.510.016	Carteira livre movimentação	
Vinculados à prestação de garantias.....		3.004.064	2.668.213	Captação COE	
Instrumentos financeiros derivativos		10.686.320	2.156.817	Relações interfinanceiras	11.907
Relações interfinanceiras e interdependências		454.296	106.014	Recebimentos e pagamentos a liquidar	
Pagamentos e recebimentos a liquidar		165	105.176	Relações interdependências	48.811
Depósitos no Banco Central		454.131	838	Recursos em trânsito de terceiros	
Operações de crédito	9	642.766	507.668	Obrigações por empréstimos	17
Empréstimo de ações		19.996	36.091	Empréstimos no exterior	
Sector privado		623.902	472.822	Instrumentos financeiros derivativos	8
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..		(1.132)	(1.245)	Instrumentos financeiros derivativos	
Outros créditos		39.122.595	8.254.165	Outras obrigações	38.607.755
Carteira de câmbio	11	38.515.655	7.536.363	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	
Rendas a receber		43.223	32.073	Carteira de câmbio	11
Negociação e intermediação de valores	10	453.844	371.536	Sociais e estatutárias	
Diversos.....	12a	125.700	315.135	Fiscais e previdenciárias	12b
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(15.827)	(942)	Negociação e intermediação de valores	10
Outros valores e bens		2.797	3.482	Diversas.....	12c
Despesas antecipadas		2.797	3.482	Exigível a longo prazo	
Realizável a longo prazo		2.893.503	3.533.481	Depósitos	16a
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	1.517.250	2.086.739	Depósitos interfinanceiros	
Instrumentos financeiros derivativos		1.517.250	2.086.739	Depósitos a prazo	
Operações de crédito	9	524.554	677.375	Captações no mercado aberto	16b
Sector privado		527.382	679.866	Captação COE	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..		(2.828)	(2.491)	Instrumentos financeiros derivativos	8
Outros créditos		851.699	769.367	Instrumentos financeiros derivativos	
Diversos.....	12a	861.464	779.132	Outras obrigações	687.316
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(9.765)	(9.765)	Fiscais e previdenciárias	12b
Permanente		1.345.651	1.224.213	Diversas.....	12c
Investimentos		1.215.936	1.084.065	Resultados de exercícios futuros	1.642
Participações em controladas no país.....	13	1.212.708	1.081.893	Patrimônio líquido	20
Outros investimentos		3.598	2.542	Capital social	
Provisão para perdas		(370)	(370)	De domiciliados no país	
Imobilizado de uso		123.988	134.421	De domiciliados no exterior	
Imóveis de uso	14	90.352	89.502	Reservas de capital	
Outras imobilizações de uso		124.819	123.757	Reservas de lucros	
Depreciações acumuladas		(91.183)	(78.838)	Lucros acumulados	
Intangível	15	5.727	5.727	Ajustes de avaliação patrimonial	
Outros ativos intangíveis		5.727	5.727	Ações em tesouraria.....	
Total do ativo		89.821.400	44.101.124	Total do passivo e patrimônio líquido	89.821.400

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)											
		Reservas de capital			Reservas de lucros						
		Subvenções						Ajuste de		Lucros	
		Capital	Aumento	para	Outras	Legal	Estatutária	patrimonial	acumulados	Ações em	Total
		social	de capital	investimento	reservas					tesouraria	
Nota											
Em 31 de dezembro de 2017		2.453.981	-	24.939	12.685	199.224	1.602.479	2.686	-	(4.940)	4.291.054
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	(2.686)	-	-	(2.686)
Varição do ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	-	-	183.055	-	183.055
Lucro líquido do semestre		2.453.981	-	24.939	12.685	199.224	1.602.479	-	183.055	(4.940)	4.471.423
Em 30 de junho de 2018		2.453.981	229.500	24.939	17.638	211.466	1.565.068	(7.325)	-	(4.940)	4.490.327
Em 31 de dezembro de 2018		2.453.981	229.500	24.939	17.638	211.466	1.565.068	(7.325)	-	(4.940)	4.490.327
Aumento de capital	20	229.500	(229.500)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	7.135	-	-	7.135
Varição do ajuste ao valor de mercado... ..		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.058
Atualização de reservas de capital.....		-	-	-	1.058	-	-	-	(6.944)	-	-
Reserva legal.....		-	-	-	-	6.944	-	-	138.887	-	138.887
Lucro líquido do semestre		2.683.481	-	24.939	18.696	218.410	1.565.068	(190)	131.943	(4.940)	4.637.407
Em 30 de junho de 2019		2.683.481	-	24.939	18.696	218.410	1.565.068	(190)	131.943	(4.940)	4.637.407

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. (“Banco” ou “Instituição”), localizado em São Paulo, está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de agosto de 2019.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria “Títulos para negociação”, relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, *swaps*, termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos de publicações têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). • Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apuração previstos pela Resolução nº 4.277, do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apuração adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (*Credit Valuation Adjustment*): são realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nº 2.682 e 4.512 do CMN.

(d) Permanente - É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da

equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). São realizados testes na linha de Outros ativos intangíveis, seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01).

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para o ano corrente. Até dezembro de 2018, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativos fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2019: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre base negativa e ajustes temporários a serem realizados para o ano corrente. Em 2018, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.

(h) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

(i) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Banco registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Banco registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital do Banco.

4. Gerenciamento de riscos e de capital: O Conglomerado Prudencial J.P. Morgan (Banco J.P. Morgan S.A., JPMorgan Chase Bank, National Association, J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e o Atacama Multimercado – Fundo de Investimento onde o

A Diretoria			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		1.632.539	2.016.538
Operações de crédito		42.283	53.938
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.224.592	1.741.414
Resultado de operações de câmbio		364.279	213.172
Resultado de aplicações compulsórias.....		1.385	8.014
Despesas da intermediação financeira		(1.201.389)	(1.597.104)
Operações de captações no mercado		(605.798)	(540.060)
Operações de empréstimos e repasses		(128.300)	(1.760.955)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(449.660)	707.432
(Provisão)/Reversão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9e	(17.631)	(3.521)
Resultado bruto da intermediação financeira ..		431.150	419.434
Outras receitas (despesas) operacionais		(192.710)	(189.184)
Receitas de prestação de serviços	23f	209.308	214.666
Despesas de pessoal		(349.362)	(352.839)
Resultado de participações em controladas	13	79.768	70.022
Outras despesas administrativas.....	23c	(96.071)	(89.225)
Despesas tributárias.....		(38.612)	(25.279)
Outras receitas operacionais.....	23d	17.792	16.125
Outras despesas operacionais	23d	(15.533)	(22.654)
Resultado operacional		238.440	230.250
Resultado não operacional		(72)	7
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		238.368	230.257
Imposto de renda e contribuição social	19	(88.750)	(37.067)
Provisão para imposto de renda		(5.722)	5.030
Provisão para contribuição social.....		-	4.112
Ativo/Passivo fiscal diferido		(83.028)	(46.209)
Participações no lucro	23e	(10.731)	(10.135)
Lucro líquido do semestre		138.887	183.055
Número de ações	20	5.661	5.661
Lucro por ação no final do semestre - R\$		24.534,00	32.336,16

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO			
(Em milhares de reais)			
Atividades operacionais	Nota	2019	2018
Lucro líquido ajustado		166.630	171.707
Lucro líquido do semestre		138.887	183.055
Ajuste ao lucro líquido:		27.743	(11.348)
Constituição/(Reversão) de provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa	9e	17.631	3.521
Depreciações e amortizações		8.303	7.941
Resultado de participações em controladas	13	(79.768)	(70.022)
Provisões/(Reversões) para contingências		10.103	11.920
Atualização de depósitos judiciais		(11.626)	(10.910)
Constituição/(Reversão) de ativo fiscal diferido ..	19	83.028	46.209
(Lucro)/Prejuízo na alienação de imobilizado.....		72	(7)
Variação de ativos e obrigações		6.168.713	(7.301.916)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(8.898)	(958.127)
Redução /(Aumento) em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)		4.245.332	(5.946.165)
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências (Ativas/Passivas)		(420.466)	(8.632)
(Redução)/Aumento em depósitos		(613.135)	636.134
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto		3.023.329	(51.902)
Redução/(Aumento) em operações de crédito		7.968	(221.427)
Aumento em outros créditos		(30.818.607)	(3.723.286)
Aumento em outros valores e bens		(756)	(500)
Aumento em outras obrigações		30.710.922	3.018.266
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(54.166)
Redução em resultados de exercícios futuros.....		(92)	(267)
Juros recebidos		43.116	8.156
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais.....		6.335.343	(7.130.209)
Atividades de investimento			
Imobilizado de uso (aquisições e vendas)		(2.018)	(5.716)
Recebimento de dividendos		-	150.000
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimento		(2.018)	144.284
Atividades de financiamento			
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		(423.287)	1.906.154
Juros pagos		(68.369)	(92.113)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades de financiamento		(491.656)	1.814.041
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		5.841.669	(5.171.884)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		21.642.193	21.207.951
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre.....	5	27.483.862	16.036.067
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		5.841.669	(5.171.884)

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

(e) Gerenciamento de capital - É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são: mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado, utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

5. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 81.166 (2018 – R\$ 56.540) e aplicações no mercado aberto com prazo inferior a 90 dias no montante de R\$ 27.402.696 (2018 – R\$ 15.979.527) (Nota 6).

	2019	2018
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas.....	27.402.696	16.230.026
Posição bancada.....	17.491.506	10.410.444
Posição financiada.....	8.426.830	5.182.565
Posição vendida.....	1.484.360	637.017
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	112.493
Aplicações em moeda estrangeira.....	30.834	1.196.065
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez.....	27.433.530	17.538.584

7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM
(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2019	Valor de mercado em 2018
Títulos para negociação	6.333.135	62.424	6.395.559	10.720.160
Carteira própria.....	2.856.632	(61)	2.856.571	6.541.931
LFT.....	24.626	(4)	24.622	30.814
LTN.....	286.954	4	286.958	3.797.470
NTN-B.....	7.532	(341)	7.191	69.740
NTN-C.....	-	-	-	516
NTN-F.....	17.912	214	18.126	380.171
Cotas de fundos de investimentos.....	2.450.564	-	2.450.564	2.198.729
Ações.....	69.044	66	69.110	64.491
Vinculados à prestação de garantias.....	2.942.452	61.612	3.004.064	2.668.213
LFT.....	-	-	-	607.053
LTN.....	882.327	3.533	885.860	98.212
NTN-B.....	882.860	27.834	910.694	-
NTN-C.....	3.267	846	4.113	3.165
NTN-F.....	1.141.490	29.399	1.170.889	1.929.211
Cotas de fundos de investimentos.....	32.508	-	32.508	30.572
Vinculados a compromissos de recompra.....	534.051	873	534.924	1.510.016
LFT.....	-	-	-	60.093
LTN.....	534.051	873	534.924	730.207
NTN-B.....	-	-	-	171.150
NTN-F.....	-	-	-	548.566
Títulos disponíveis para venda	762.901	316	763.217	-
Carteira própria.....	762.901	316	763.217	-
Debêntures.....	762.901	316	763.217	-
Total da carteira de TVM.....	7.096.036	62.740	7.158.776	10.720.160

(b) Cotas de fundos de investimentos - As cotas de fundos de investimento estão representadas, principalmente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/(Passivo) 2019	Ativo/(Passivo) 2018
Fundo de investimento - exclusivo	2.447.598	2.195.677
Operações compromissadas.....	1.635.208	2.162.014
Títulos e Valores Mobiliários.....	1.294.421	169.240
Ações.....	641.636	189.988
LTN.....	2.944.969	610.128
Credores por empréstimos de ações.....	(2.330.681)	(701.262)
Direitos por empréstimos de ações.....	38.497	70.386
Mercado futuro.....	5.374	7.333
Futuro – DI.....	(809)	164
Futuro – Dólar.....	(369)	1.083
Futuro – Índice.....	4.391	5.748
Futuro – ISP.....	2.161	338
Outros derivativos.....	(51.302)	(39.353)
Outros derivativos.....	(51.302)	(39.353)
Opções.....	(75.879)	(75.945)
Ações.....	8.046	(11.380)
Ibovespa.....	(71.366)	(46.048)
Flexíveis.....	(12.559)	(18.517)
Diversos.....	(360.234)	(27.615)
Valores a (pagar)/receber.....	(360.234)	(27.615)
Disponibilidades.....	10	3
Outros fundos	35.474	33.624
Total cotas de fundos de investimento	2.483.072	2.229.301

(c) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria.....	2.519.674	305.411	774.726	17.382	2.595	3.619.788
Vinculados à prestação de garantias.....	32.508	2.967.442	-	2.833	1.281	3.004.064
Vinculados a compromissos de recompra.....	-	534.924	-	-	-	534.924
Total da carteira – 2019.....	2.552.182	3.807.777	774.726	20.215	3.876	7.158.776
Total da carteira – 2018.....	2.293.792	3.779.324	1.717.366	1.776.798	1.152.880	10.720.160

8. Instrumentos financeiros derivativos - O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2019	Valor nominal 2018
Operações de swap	560.626	2.187.781	35.900.067	32.533.106
Taxa de juros.....	212.151	135.324	14.462.168	1.830.212
Moeda.....	100.935	445.252	4.814.337	15.860.928
Outros.....	256.431	1.599.789	16.623.562	14.841.966
Ajustes prudenciais¹.....	(8.891)	7.416	-	-
Operações com opções	983.570	973.972	24.132.354	23.999.750
Compra de opção:	983.570	-	12.898.696	12.166.194
Compra de dólar.....	906.609	-	8.217.169	7.489.283
Compra de índice de ação.....	20.410	-	267.616	748.493
Compra de ação.....	4.501	-	128.470	338.299
Venda de dólar.....	54.061	-	4.282.875	3.393.259
Venda de índice de ação.....	-	-	-	146.130
Venda de ação.....	40	-	2.566	50.730
Ajustes prudenciais¹.....	(2.051)	-	-	-
Venda de opção:	-	973.972	11.233.658	11.833.556
Compra de dólar.....	-	852.534	5.349.948	6.201.678
Compra de índice de ação.....	-	18.909	267.388	736.121
Compra de ação.....	-	5.916	135.095	242.815
Venda de dólar.....	-	96.108	5.463.263	4.579.162
Venda de índice de ação.....	-	379	17.800	4.190
Venda de ação.....	-	6	164	69.590
Ajustes prudenciais¹.....	-	120	-	-
Operações com futuros	59.611	42.043	88.488.017	71.324.255
Posição comprada	45.821	-	44.554.349	34.603.497
Cupom cambial – DDI.....	14.338	-	23.169.187	9.762.416
DI de 1 dia.....	21.829	-	13.604.462	16.977.709
Moedas.....	134	-	3.903.639	6.321.627
Cupom IPCA.....	9.520	-	3.877.061	1.541.745
Posição vendida	13.790	42.043	43.933.668	36.720.758
Cupom cambial – DDI.....	13.751	782	18.062.259	1.545.448
DI de 1 dia.....	30	33.341	25.676.938	34.625.167
Moedas.....	9	7.674	37.318	39.927
Cupom IPCA.....	-	246	157.153	510.216
Operações a termo	10.153.346	10.152.190	10.149.254	917.970
Posição comprada - títulos.....	5.120.436	5.116.344	5.116.344	460.412
Posição vendida - títulos.....	5.032.910	5.035.846	5.032.910	457.558
Outros derivativos	506.028	596.173	29.049.752	27.951.534
Moedas.....	433.378	504.798	27.601.643	26.986.029
Commodities.....	8.070	7.971	210.541	54.386
Outros.....	65.324	83.328	1.237.568	911.119
Ajustes prudenciais¹.....	(744)	76	-	-

¹ Referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)).

Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” e de operações de futuros na rubrica de “Negociação e intermediação de valores”. Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2019	Valor de mercado 2018
Ativo	11.905.721	297.849	12.203.570	4.243.556
Operações de swap.....	362.522	198.104	560.626	688.114
Operações a termo.....	10.149.253	4.093	10.153.346	918.090
Prêmio de opções.....	1.062.440	(78.870)	983.570	1.296.295
Outros derivativos.....	331.506	174.522	506.028	1.341.057
Passivo	13.383.445	526.671	13.910.116	5.612.590
Operações de swap.....	1.722.707	465.074	2.187.781	2.282.906
Operações a termo.....	10.149.253	2.937	10.152.190	918.280
Prêmio de opções.....	934.281	39.691	973.972	1.234.363
Outros derivativos.....	577.204	18.969	596.173	1.177.041

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2019	Total 2018
Operações de swap.....	3.557.995	11.874.796	5.526.019	14.941.257	35.900.067	32.533.106
Operações com opções - comprada.....	2.302.643	5.090.580	1.341.954	4.163.519	12.898.696	12.166.194
Operações com opções - vendida.....	2.343.638	3.428.744	1.297.757	4.163.519	11.233.658	11.833.556
Operações de futuros - comprada.....	19.420.413	8.459.189	5.803.368	10.871.379	44.554.349	34.603.497
Operações de futuros - vendida.....	19.985.560	14.787.497	4.039.613	5.120.998	43.933.668	36.720.758
Operações a termo - comprada.....	5.116.344	-	-	-	5.116.344	460.412
Operações a termo - vendida.....	5.032.910	-	-	-	5.032.910	457.558
Outros derivativos.....	15.037.869	8.524.598	5.143.646	343.639	29.049.752	27.951.534

(d) Valor nominal por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip/Selic)	Total 2019	Total 2018
Operações de swap.....	10.999.941	24.900.126	35.900.067	32.533.106
Operações com opções - comprada.....	2.566	12.896.130	12.898.696	12.166.194
Operações com opções - vendida.....	37.589	11.196.069	11.233.658	11.833.556
Operações de futuros - comprada.....	44.554.349	-	44.554.349	34.603.497
Operações de futuros - vendida.....	43.933.668	-	43.933.668	36.720.758
Operações a termo - comprada.....	-	5.116.344	5.116.344	460.412
Operações a termo - vendida.....	-	5.032.910	5.032.910	457.558
Outros derivativos.....	-	29.049.752	29.049.752	27.951.534

(e) Valor nominal por contraparte

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidações	Total 2019	Total 2018
Operações de swap.....	39.540	14.495.938	4.019.130	6.345.518	10.999.941	35.900.067	32.533.106
Operações de opções.....	-	13.715.274	3.729.697	6.647.228	40.155	24.132.354	23.999.750
Operações de futuros.....	-	-	-	-	88.488.017	88.488.017	71.324.255
Operações de termo.....	-	-	7.607.053	2.542.201	-	10.149.254	917.970
Outros derivativos.....	12.144	17.779.939	2.127.704	9.129.965	-	29.049.752	27.951.534

(f) Resultado por produto

	Resultado líquido 2019	Resultado líquido 2018
Operações de swap.....	(449.660)	707.432
Operações de opções.....	(119.585)	(534.923)
Operações de futuros.....	(39.118)	103.115
Operações a termo.....	(122.072)	798.073
Outros derivativos.....	908	(1.277)
	(169.793)	342.444

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais que totalizam R\$ 2.971.556 (2018 – R\$ 2.637.641), registradas como vinculados à prestação de garantias.

9. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN. A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 469.421 (2018 – R\$ 448.050), títulos descontados no montante de R\$ 253.592 (2018 – R\$ 210.464), financiamentos no montante de R\$ 428.271 (2018 – R\$ 494.174) e empréstimos de ações no montante de R\$ 19.996 (2018 – R\$ 36.091) classificados em Operações de crédito e por adiantamentos sobre contrato de câmbio no montante de R\$ 1.035.633 (2018 – R\$ 558.687), classificados em carteira de câmbio.

(a) Concentração de crédito

	2019	2018
Principal devedor.....	362.515	363.289
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %.....	16%	21%
Dez maiores devedores.....	1.628.144	1.142.958
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %.....	74%	65%

(b) Composição por segmento e setor econômico

	Comércio	Indústria	Serviços	Instituição financeira	2019 Pessoa física
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida.....	56.630	458.456	200.730	-	-
Pessoa jurídica – importação e exportação.....	157.389	922.383	7.124	-	-
Pessoa jurídica – outros.....	-	-	362.516	34.488	-
Pessoa física – outros.....	-	-	-	-	7.197
Total.....	214.019	1.380.839	570.370	34.488	7.197

	Comércio	Indústria	Serviços	Instituição financeira	2018 Pessoa física
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida.....	25.362	332.470	291.783	-	-
Pessoa jurídica – importação e exportação.....	137.696	469.113	10.283	-	-
Pessoa jurídica – outros.....	-	-	363.289	108.570	-
Pessoa física – outros.....	-	-	-	-	8.900
Total.....	163.058	801.583	665.355	108.570	8.900

(c) Composição por segmento e prazo a decorrer das operações

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida.....	411.991	179.099	124.726
Pessoa jurídica – importação e exportação.....	657.653	389.103	40.140
Pessoa jurídica – outros.....	34.488	-	362.516
Pessoa física – outros.....	2.010	5.187	-
Total.....	1.106.142	573.389	527.382

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado de uso: “Imóveis de uso” estão representados por edificações, no valor de R\$ 44.148 (2018 – R\$ 43.298) e terrenos, no valor de R\$ 46.204 (2018 – R\$ 46.204). “Outras imobilizações de uso” estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 84.275 (2018 – R\$ 84.793), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 40.464 (2018 – R\$ 35.352).

15. Ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227 (2018 – R\$ 3.227) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2018 – R\$ 2.500).

16. Depósitos e captações

	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 3	De 3 a 5	Total	Total
	meses	meses	anos	anos	2019	2018
Depósitos à vista	266.290	-	-	-	266.290	224.648
Depósitos interfinanceiros	638.625	11.404	1.248.150	66.964	1.965.143	1.755.645
Depósitos a prazo.....	798.152	1.513.181	1.076.663	1.566.391	4.954.387	6.130.171
Total	1.703.067	1.524.585	2.324.813	1.633.355	7.185.820	8.110.464

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3	Acima	Total	Total
	meses	de 1 ano	2019	2018
Operações compromissadas carteira própria	531.388	-	531.388	1.499.596
Operações compromissadas carteira de terceiros.....	8.426.830	-	8.426.830	5.182.565
Operações compromissadas carteira livre movimentação.....	1.576.564	-	1.576.564	645.457
Captações COE.....	37.173	322.419	359.592	157.958
Total	10.571.955	322.419	10.894.374	7.485.576

17. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 13.836.252 (2018 – R\$ 9.890.561) com vencimentos entre julho de 2019 e junho de 2020 e taxas de juros que variam de 1,94% até 2,75% ao ano. Em junho de 2018, as operações possuíam vencimentos entre julho de 2018 e abril de 2019 e taxas de juros que variam de 1,1% até 2,56% ao ano. De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 30 de junho de 2019, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data base o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria uma redução de R\$ 5.382 (2018 – redução de R\$ 15.328).

18. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2019	2018	2019	2018
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais.....	664.758	638.335	441.794	394.635
Cíveis.....	21.865	21.656	71.162	104.433
Trabalhistas	12.498	13.246	38.096	40.199
Total	699.121	673.237	551.052	539.267

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		Total	Total
	Cíveis	Trabalhistas	2019	2018
Saldo inicial.....	69.613	37.601	543.250	581.172
Despesas financeiras – juros	1.334	1.277	8.369	11.117
Constituições	215	1.519	1.734	2.490
Anistia.....	-	-	-	(21.941)
Reversões.....	-	(1.200)	(1.200)	(1.687)
Pagamentos.....	-	(1.101)	(1.101)	(31.884)
Saldo final	71.162	38.096	551.052	539.267

(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro de 2014, a R\$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941/09 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro/2017, a Instituição promoveu a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/2017. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos.

(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes - A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 119.619 (2018 – R\$ 115.179); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 52.032 (2018 – R\$ 50.615); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 905 (2018 – R\$ 881); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 41.414 (2018 – R\$ 39.559); e (v) outros casos que totalizam R\$ 7.595 (2018 – R\$ 7.403).

(e) Ações trabalhistas - Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 170.776 (2018 – R\$ 172.619).

(f) Ações cíveis - O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no início de 2018. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 623 (2018 – R\$ 551).

19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2019	2018
Diferenças temporárias	168.638	197.403
Contingências	23.759	46.994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.743	9.302
Provisão para honorários advocatícios.....	6.228	5.576
Provisão para pagamentos a funcionários	37.247	37.105
Marcação a mercado – Disponíveis para venda	127	-
Marcação a mercado – TVM e derivativos	49.910	35.136
Unidades de ações restritas – RSU	34.018	58.048
Outros.....	2.606	5.242
Prejuízos fiscais e base negativa	87.216	149.904
Total de créditos tributários – ativo	255.854	347.307

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 34.086 (2018 – R\$ 37.200) sobre diferenças temporárias e R\$ 1.982 sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, tendo sido realizado R\$ 121.085 (2018 – R\$ 233.313) sobre diferenças temporárias e R\$ 2.767 sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 255.854 é estimada em 44% no 1º ano, 22% no 2º ano, 11% no 3º ano, 8% no 4º ano, 5% do 5º ao 6º ano, 2% no 7º ano, e 1% do 8º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 220.287 (2018 – R\$ 282.250). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social monta a R\$ 24.375 (2018 – R\$ 40.238). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2019	2018
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros	227.637	220.122
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(91.055)	(99.055)
Resultado de participação em controladas	31.907	31.510
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(29.486)	(2.893)
Efeito CSLL (5%)	-	21.360
Outros.....	(116)	12.011
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	2.305	61.988
Resultado de IRPJ e CSLL no semestre.....	(88.750)	(37.067)

20. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 5.661 (2018 – 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2018 – 5.470) ordinárias e 191 (2018 – 191) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 07 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 229.500. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 28 de fevereiro de 2019.

21. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários são empresas controladas pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro J.P. Morgan. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2019	2018
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)
Disponibilidade em moeda estrangeira	77.848	47.867
JP Morgan Chase Bank London - GMI	77.159	47.867
Banco JPMorgan S.A. Mexico	689	-
Aplicação em moeda estrangeira	30.834	1.741
JP Morgan Chase Bank National Association	30.834	1.741
Instrumentos financeiros derivativos	220.187	32.765
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	6.423	29.055
Lawton Multimercado Exclusivo – FI	143.281	(3.680)
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	70.483	7.390
Serviços prestados a receber	13.554	118.242
JP Morgan Asset Management (Europe)	-	624
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	-	7.239
JP Morgan Chase Bank National Association	5.684	30.914
JP Morgan Securities LLC	1.069	26.601
JP Morgan Securities PLC - Paris Branch	-	10.425
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	952	5.610
J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	2.179	13.059
JPM Administradora de Carteiras do Brasil	105	629
Lawton Multimercado Exclusivo – FI	3.388	22.632
J.P. Morgan (SUISSE) S.A.	-	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI	177	509
Outros valores a receber/(a pagar)	(514)	3
J.P. Morgan Securities LLC	-	88
JPMorgan Chase Bank, National Association	(575)	3
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	61	-
JP Morgan Corp. Financeira	-	-
Depósitos à vista	(2.679)	(98.896)
Chase Manhattan Holdings Limitada	(653)	(986)
Gaborone Participações Ltda.	(253)	(320)
JPM Gávea Gestão de Patrimônio Ltda.	(318)	(461)
J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(402)	(1.871)
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	(27)	(181)
JPM Administradora de Carteiras do Brasil	(457)	(508)
JP Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(94)	(525)
Norchem Holdings e Negocios S.A.	(211)	(134)
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(177)	(152)
OEP Brasil Ltda.	-	(262)
HCM Participações Brasil Ltda.	(72)	(93.428)
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	(15)	(1)
JP Morgan Overseas Capital LLC	-	(67)
Depósitos a Prazo	(118.005)	(63.719)
OEP Brasil Ltda.	-	(2.501)
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	-	(60.311)
Gaborone Participações Ltda.	(2.322)	(68)
JPM Gávea Gestão de Patrimônio Ltda.	(23.919)	(703)
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	-	(12)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(62.548)	(1.946)
HCM Participações Brasil Ltda.	(29.216)	(679)
Depósitos interfinanceiros	(1.886.775)	(55.092)
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	(835.387)	(32.524)
J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(713.773)	(14.434)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(337.615)	(8.134)
Obrigações por operações compromissadas	(7.279.389)	(150.614)
J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(212.534)	(8.295)
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(30.504)	(4.551)
Lawton Multimercado Exclusivo – FI	(6.989.544)	(134.516)
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	(46.807)	(3.252)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(13.836.252)	(164.596)
JP Morgan Chase Bank, National Association	(13.836.252)	(164.596)
Negociação e intermediação de valores	(1.067)	(570)
J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(638)	(570)
JP Morgan Overseas Capital LLC	(429)	-
Operações de Câmbio	2.046	2.425
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	2.046	2.425
Despesa de pessoal	(132.715)	(30.900)
JP Morgan Chase & CO.	(132.715)	(30.900)

Para fins de cumprimento da Resolução nº 4.636 do CMN o Banco verificou que não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados.

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no semestre com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Salários e encargos.....	12.630	11.997
Participação nos lucros e gratificações	28.051	27.086
Encargos sobre gratificações	8.643	9.223
Planos de aposentadoria e pensão	613	714
Outros benefícios	740	706

22. Benefícios

(a) Fundo de pensão - O Banco é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão (“Fundo”), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019, o Banco J.P. Morgan S.A. contribuiu com R\$ 8.832 (2018 – R\$ 9.063) para o Fundo.

(b) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da Instituição por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2019	2018
	Quantidade de ações	Valores em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2019	373.971	31.377
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	135.096	13.640
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(201.162)	(14.193)
Transferência/saída de funcionários.....	(7.635)	(849)
Ações em circulação em 30/06/2019	300.270	29.975

	2018	2019
	Quantidade de ações	Valores em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2018	523.499	34.725
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	113.280	12.703
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(231.865)	(13.589)
Transferência/saída de funcionários.....	(9.214)	(798)
Ações em circulação em 30/06/2018	395.700	33.041

Não houve repagamentos à matriz durante o primeiro semestre de 2019 e 2018 (Nota 3 (i)). O valor do passivo em 30 de junho de 2019, incluindo encargos sociais, é de R\$ 165.475 (2018 – R\$ 190.535). Em virtude desse programa a despesa registrada no semestre é de R\$ 51.254 (2018 – R\$ 41.776), incluindo os encargos sociais.

23. Outras informações

(a) O total de fundos e carteiras administrados monta a R\$ 19.614.292 (2018 – R\$ 19.768.585).

(b) Fianças, avais, coobrigações e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 1.341.411 (2018 – R\$ 1.299.065). O montante referente à provisão sobre risco de crédito de garantias prestadas é de R\$ 2.106 (2018 – R\$ 219).

(c) “Outras despesas administrativas” referem-se às contas apresentadas no quadro abaixo:

	2019	2018
Despesas de serviços com o sistema financeiro	35.834	29.946
Despesas com serviços de terceiros.....	11.027	9.411
Despesas com viagens	7.147	6.859
Despesas com sistemas e tecnologia	6.645	4.848
Despesas com manutenção e conservação.....	3.162	2.174
Despesas de comunicação	5.669	4.492
Despesas com aluguel	5.947	4.921
Despesas de depreciação e amortização	8.303	7.941
Despesas diversas	12.337	18.633
Total	96.071	89.225

(d) Composição de “Outras receitas operacionais” e “Outras despesas operacionais”

	2019	2018
Outras receitas operacionais	17.792	16.125
Reversão de provisões operacionais.....	1.349	1.687
Atualização de depósitos judiciais.....	11.626	10.910
Outras.....	4.817	3.528
Outras despesas operacionais	15.533	22.654
Despesa com provisão para outras obrigações - fiscais, previdenciárias e cíveis (Nota 18 (b))	10.103	13.607
Outras.....	5.430	9.047

(e) As participações no lucro referem-se a provisionamentos mensais das participações dos funcionários no lucro e nos resultados do Banco.

(f) “Receitas de prestação de serviços” referem-se, principalmente, à administração de fundos de R\$ 37.781 (2018 – R\$ 37.913), receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 50.301 (2018 – R\$ 62.277), rendas de serviços de assessoria técnica no valor de R\$ 22.564 (2018 – R\$ 10.478) e rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 69.073 (2018 – R\$ 77.487).

...continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 23 de agosto de 2019

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 30 de junho de 2019, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento,

o processo de auto-avaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2019.

São Paulo, 22 de agosto de 2019